

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

PROJETO DE LEI Nº 5.564, DE 2019

Altera a Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003, que "dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências", para incluir a possibilidade de vacinação domiciliar para idosos com dificuldade de locomoção.

Autor: Deputado CAPITÃO WAGNER

Relatora: Deputada CARMEN ZANOTTO

I - RELATÓRIO

O projeto de lei em apreciação modifica o inciso IV do § 1º do artigo 15 do Estatuto do Idoso, que trata do atendimento domiciliar. A alteração tem por objetivo explicitar a possibilidade de vacinação junto às demais modalidades de atenção já asseguradas em domicílio.

O Autor justifica a iniciativa em face da importância de que os idosos estejam protegidos de acordo com as recomendações das autoridades sanitárias. Assinala que, a despeito de a vacinação em domicílio já ser realizada em alguns locais, considera importante explicitar a ação no texto da lei como diretriz geral.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental. A proposta será analisada em seguir pelas Comissões de Seguridade Social e Família, de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

II - VOTO DA RELATORA

O projeto de lei é bastante simples de executar na prática, uma vez que já acontece na rotina de algumas equipes do Sistema Único de Saúde.

É uma proposta sensata e reforça as possibilidades de atenção integral ao grupo de pessoas idosas do país.

É evidente que a menção expressa à vacinação em domicílio para idosos impossibilitados de se locomoverem assegura um direito em plena sintonia com a garantia de atenção integral referida no *caput* do artigo 15. A vacinação de idosos é recomendada pelas normas sanitárias e os que necessitam têm atendimento domiciliar. Assim, a associação de procedimentos é perfeitamente possível.

Em nossa opinião, não há reparos a fazer ao projeto. Ele concretiza um direito a uma importantíssima ação que protege a saúde, a ser realizada com maior conforto. Desse modo, manifestamos o voto pela aprovação do Projeto de Lei 5.564, de 2019.

Sala da Comissão, em de de 2019.

Deputada CARMEN ZANOTTO
Relatora